

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

Recebido e Autuado, inclui-se no  
Pauta  
Em 07/08/07  
1º Secretário



Nº 013/07

PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR MESA DIRETORA

Autoriza e regulamenta a concessão de premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras, consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa, através de Termo de Cooperação.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizada a concessão de premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras, consignadas no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado – ALE/RO, no elemento de despesa 31, às entidades privadas sem fins lucrativos, mediante a celebração de Termo de Cooperação.

Parágrafo único. Entende-se por premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras, aquelas destinadas a atender despesas com a aquisição de prêmios, condecorações, medalhas, troféus, entre outras, bem como o pagamento de prêmios em pecúnia, inclusive decorrentes de sorteios lotéricos.

Art. 2º. A entidade pretendente ao benefício a ser concedido, instruirá o seu requerimento ao Presidente da Assembleia Legislativa com os seguintes documentos:

- I – cópia do estatuto da instituição;
- II – comprovação de eleição regular da diretoria através de ata própria;
- III – declaração, firmada pelo dirigente principal, de que os membros da diretoria não recebem remuneração;
- IV – cópia autenticada do CPF e da carteira de identidade do atual presidente da entidade;
- V – cópia do cartão CNPJ atualizado;
- VI – balanço financeiro do ano anterior, contendo os recursos recebidos de subvenções sociais, se for o caso, aprovado na forma do estatuto social, em conformidade com o CRC, sendo assinado pelo contador responsável e presidente da entidade;
- VII – certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, quando não houver isenção;
- VIII – certidões de regularidade para com a Seguridade Social e FGTS, quando houver empregados celetistas, ou declaração da inexistência destes, formulada pelo presidente da entidade;

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

PROJETO DE RESOLUÇÃO



AUTOR MESA DIRETORA

IX – apresentação de comprovantes de inexistência de débito junto ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS;

X – declaração expressa do representante da entidade, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que não a entidade não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

Art. 3º. Fica determinado que a concessão de que trata esta Resolução, às entidades privadas sem fins lucrativos, seja sempre precedida de plano de trabalho apresentado pela entidade proponente.

Parágrafo único. O plano de trabalho deverá conter as seguintes informações:

I – identificação do objeto a ser executado com os recursos da Assembleia Legislativa do Estado – ALE/RO;

II – metas ou finalidades a serem atingidas através do apoio da ALE/RO;

III – plano de aplicação dos recursos financeiros, constando inclusive o valor dos pagamentos dos prêmios em pecúnia, se for o caso;

IV – previsão de início e fim da execução do objeto;

V – número de conta bancária específica para movimentação dos recursos.

Art. 4º. As entidades que venham a receber a concessão deverão efetuar prestação de contas junto à Assembleia Legislativa do Estado, até 10 (dez) dias após o término do prazo do plano de aplicação, sob pena de ficarem impedidas de receber novos benefícios.

Parágrafo único. A prestação de contas de que trata este artigo compreende a apresentação e juntada dos seguintes documentos:

I – discriminação das despesas realizadas, a partir do recebimento do numerário respectivo, contendo o número da nota fiscal, data, nome do credor, valor e, resumidamente, do que constaram, discriminando o endereço do beneficiado e CIC quando se tratar de recibo;



II – notas fiscais, em original da 1ª via, correspondentes às compras realizadas;

III – indicação da realização de pesquisa de preços nos casos de compras;

IV – indicação dos premiados, quando do pagamento de prêmios em pecúnia, em documento atestado pelo representante legal da entidade;

V – material publicitário do evento, especificando o apoio específico da Assembleia Legislativa do Estado, em conformidade com o objeto do Termo de Cooperação.

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO		
		PROJETO DE RESOLUÇÃO
AUTOR MESA DIRETORA		
<p>Art. 5º. Instruída a prestação de contas, segundo a norma dos artigos precedentes, emitirá a Assembleia Legislativa, através de sua Controladoria, parecer sobre a regularidade da despesa.</p> <p>Parágrafo único. A prestação de contas analisada e considerada irregular terá apurada a responsabilidade financeira e criminal do responsável pela entidade.</p> <p>Art. 6º. As instruções complementares necessárias às concessões previstas nesta Resolução serão expedidas pelo Presidente da Assembleia Legislativa.</p> <p>Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos desde o início do corrente exercício financeiro.</p> <p>Plenário das Deliberações, 07 de agosto de 2007.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-end;"><div style="text-align: center;"> <b>Deputado Neodi Carlos</b> Presidente</div><div style="text-align: center;"> <b>Deputado Miguel Sena</b> 2º Vice-Presidente</div></div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-end;"><div style="text-align: center;"> <b>Deputado Alex Testoni</b> 1º Vice-Presidente</div><div style="text-align: center;"> <b>Deputado Jesualdo Pires</b> 1º Secretário</div></div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-end;"><div style="text-align: center;"> <b>Deputado Ezequiel Neiva</b> 3º Secretário</div><div style="text-align: center;"> <b>Deputado Chico Paraíba</b> 2º Secretário</div></div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-end;"><div style="text-align: center;"> <b>Deputado Maurinho Silva</b> 4º Secretário</div></div>		

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO



PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR MESA DIRETORA

**JUSTIFICATIVA**

Considerando o disposto no artigo 26 e seguintes da Lei de Responsabilidade Fiscal, Capítulo V, que dispões sobre a “Destinação de Recursos Públicos para o Setor Privado”;

Considerando a Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre as normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências;


Considerando que o artigo 3º da Portaria Interministerial nº 325, de 27 de agosto de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que incluiu no Anexo II da Portaria nº 163/2001, o elemento de despesa “Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras”, destinado a atender despesas com a aquisição de prêmios, condecorações, medalhas, troféus, etc., bem como o pagamento de prêmios em pecúnia, inclusive decorrentes de sorteios lotéricos;

Considerando o disposto no artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que regulamenta a celebração de convênios, acordo, ajuste e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos ou entidades da Administração Pública;

Considerando que no âmbito do Poder Legislativo Estadual existe previsão orçamentária, através do elemento de despesa 31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras - (Ato nº 009/MD-DF/2007, publicado no Diário Oficial da ALE nº 88, de 20.07.2007) e, por fim;

Considerando que são objetivos fundamentais da República, nos termos do art. 3º da Constituição Federal, construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; bem como promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	
-----------	--	----------------------	---

AUTOR MESA DIRETORA

A Mesa Diretora do Poder Legislativo do Estado submete à apreciação e deliberações dos demais Pares desta Casa Legislativa o incluso projeto de resolução, que “Autoriza e regulamenta a concessão de premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras, consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa, através de Termo de Cooperação” contando com o apoio dos Nobres Deputados para a sua aprovação.

